



Lançado livro sobre fundos comunitários com apoio do GEPSPD

O livro sobre os Fundos comunitários do Deputado José Manuel Fernandes, cuja edição foi apoiada pelo GEPSPD e que integra o Manual do Autarca do Instituto Sá Carneiro, foi lançado em Braga numa cerimónia presidida pelo Ministro Miguel Poiares Maduro.

Pg. 7



Radicalismos...

O que parece **estar na moda é ser radical!**

Parece não haver melhor forma de alcançar a atenção mediática do que exagerar o discurso, revesti-lo de mais agressividade e usar mesmo alguma violência.

Nas primeiras páginas dos jornais, **em toda a Europa**, aparecem cada vez mais **forças políticas radicais** (quer à esquerda, quer à direita) frequentemente com retóricas **anti-europeias** e mesmo **anti-semitas, racistas e xenófobas**.

O **discurso populista e demagógico é mais "interessante" para os media** do que aquele que tem um tom conciliador e **"mole"**, aceita a diversidade e procura o interesse comum através do compromisso e do diálogo.

O problema é que a Europa que queremos não é a Europa em que uns subjuguem os outros mas um projecto comum construído com a participação de todos e que constitua o **MAIOR denominador comum**.

Mas é essa característica do projecto europeu que está na **raiz do seu sucesso** e isso **não devia passar de moda...**

Carlos Coelho chocado com tragédia no mediterrâneo

Pg. 5



Nuno Teixeira bateu-se pelo reforço da Política de Coesão

Pg. 14

Maria da Graça Carvalho aplaude Horizonte 2020

Pg. 4

Carlos Coelho chocado

com o alegado uso de sistemas abrangidos pelo Acordo SWIFT para espiar cidadãos europeus

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo uma **Resolução sobre a Suspensão do Acordo SWIFT por causa da vigilância exercida pela NSA.**

Carlos Coelho recordou que *"em 2010, não pude apoiar nem o Acordo provisório TFTP, que em minha opinião punha em causa o respeito pelos princípios da necessidade e da proporcionalidade e a integridade e segurança dos dados financeiros europeus, nem o Acordo TFTP final, porque embora consagrasse toda uma série de melhorias em comparação com o Acordo provisório, não era ainda aceitável o nível de protecção consagrado"* e frisou defender que qualquer acordo de partilha de dados com os EUA, ou qualquer outro país, *"terá que ter por base um quadro legal coerente de protecção de dados, com normas de protecção de dados pessoais juridicamente vinculativas, nomeadamente em matéria de limitação da necessidade, finalidade, minimização de dados, informação, acesso, correcção, apagamento e vias de recurso"*.

Apesar das fraquezas ainda existentes no actual Acordo, nem mesmo assim parece ser satisfatório para as **Autoridades America-**

nas que aparentemente terão **tido acesso a dados SWIFT de forma ilegal através dos seus serviços secretos.** Note-se que o acordo entre a UE e os Estados Unidos sobre o tratamento e a transferência de dados bancários para efeitos do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo (TFTP) entrou em vigor em 1 de Agosto de 2010. Segundo foi veiculado pela imprensa, a Agência Nacional de Segurança norte-americana (NSA) teve acesso a dados financeiros de cidadãos europeus geridos pela empresa SWIFT.

Para Carlos Coelho, *"as informações que vieram a público são de uma extraordinária gravidade e exigem o rápido esclarecimento"* esperando que *"as iniciativas da Comissária Malmström prossigam com eficácia e a UE esteja disposta a suspender o acordo se se confirmar que ele foi violado"*.

Ao finalizar o social-democrata, Membro da Comissão das Liberdades, Justiça e Assuntos Internos, **lamentou que nenhum Estado-Membro tenha aberto um inquérito, nem solicitado ao centro de cibercriminalidade da Europol que o fizesse.** 



Jornada de trabalho do Presidente do PSD Açores, Duarte Freitas, no Parlamento Europeu, em Estrasburgo

A Deputada **Patrão Neves** organizou o programa de trabalhos para discussão dos **assuntos europeus com maior relevância para os Açores.**

A jornada decorreu em **Estrasburgo**, contando com um conjunto de reuniões com diversos responsáveis do Parlamento Europeu destinadas a analisar alguns aspectos da política comunitária relevantes para a Região, como é o caso da revisão do **POSEI**, a nova **PAC**, matérias de **política regio-**

nal no âmbito do **novo quadro comunitário de apoio** para o período 2014-2020 e o **Acordo de Livre Comércio entre os EUA e a UE.** Durante o plenário foi votada a reforma da Política Agrícola Comum, o orçamento comunitário para o período 2014/20, bem como os Fundos de Coesão, Desenvolvimento Regional e Fundos Sociais, matérias que os sociais-democratas têm acompanhado com especial interesse tendo em conta a sua importância para a Região. 



Paulo Rangel avalia Tratado de Lisboa

Paulo Rangel fará o primeiro “teste” de evolução democrática da União Europeia.

O eurodeputado português é o relator da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu sobre a “Implementação do Tratado de Lisboa no que diz respeito ao Parlamento Europeu”.

A União Europeia (UE) está mais democrática desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Qual o papel e o peso que tem hoje a Comissão Europeia? A participação do candidato a Presidente da Comissão na campanha eleitoral das europeias contribuiu para diminuir o défice democrático da União? Devia a UE ter um único rosto político ou deve manter uma direcção “bicéfala”? A participação dos parlamentos nacionais no processo de decisão europeu deve ser aprofundada? Estas são algumas das questões às quais o eurodeputado português Paulo Rangel dará resposta naquela que é a primeira avaliação do Tratado de Lisboa desde a sua entrada em vigor, em 2009.

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-Presidente do Grupo PPE, responsável pelas relações com os Parlamentos Nacionais e a Estratégia de Comunicação e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, **Paulo Rangel**, foi escolhido para fazer o primeiro “teste” de evolução democrática da União Europeia desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 2009.

No relatório da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu, intitulado “Implementação do Tratado de Lisboa no que diz respeito ao Parlamento Europeu” Paulo Rangel dará resposta a diversas questões que permitem avaliar o “nível democrático” da UE.

“Naturalmente que é um grande orgulho, enquanto Português, ser o autor do primeiro barómetro ao grau de evolução democrática da União Europeia. O Tratado de Lisboa introduziu elementos para uma maior democratização da União. Resta saber se foram eficazes e que caminho



Paulo Rangel afirma que “Naturalmente que é um grande orgulho, enquanto Português, ser o autor do primeiro barómetro ao grau de evolução democrática da União Europeia. O Tratado de Lisboa introduziu elementos para uma maior democratização da União. Resta saber se foram eficazes e que caminho devemos prosseguir. Para a elaboração do meu relatório vou querer ouvir muitos especialistas e alguns actores políticos de relevo. No início de 2014 devo ter resultados.”

devemos prosseguir. Para a elaboração do meu relatório vou querer ouvir muitos especialistas e alguns actores políticos de relevo. No início de 2014 devo ter resultados.” afirmou Paulo Rangel.

O Tratado de Lisboa reforçou o controlo democrático da UE, atribuindo um papel mais importante ao Parlamento Europeu e aos parlamentos nacionais. Aumentou ainda o número de áreas políticas em que o Parlamento Europeu tem de aprovar os actos legislativos da UE em conjunto com o Con-

selho, composto pelos ministros nacionais (procedimento de «co-decisão»).

Os parlamentos nacionais foram também, pela primeira vez, plenamente reconhecidos enquanto parte do tecido democrático da UE. O Tratado de Lisboa contém disposições especiais para facilitar uma maior participação dos parlamentos nacionais no trabalho da UE. O Tratado estabeleceu uma repartição mais clara dos poderes entre a União e os Estados-Membros, aproximando-se mais da separação de poderes. 



HORIZON 2020



Horizonte 2020

Graça Carvalho satisfeita com aprovação pelo PE

Foi-lhe atribuído um orçamento de 79.4 mil milhões de Euros. Financiará todo o tipo de entidades - PME, jovens empreendedores, grandes empresas.

Abrange todas as áreas científicas desde saúde às tecnologias de informação e comunicação, materiais, segurança e energia. Todas as prioridades para Portugal foram incluídas tais como uma linha de investigação autónoma para o Mar e outra para a Herança Cultural.

O Horizonte 2020, "o maior programa de financiamento de ciência e inovação do mundo e o terceiro maior programa da União Europeia" foi adoptado por maioria na sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

O próximo Programa Quadro de Investigação e Inovação foi desenhado com um orçamento dos 79.4 mil milhões de euros, "montante equivalente ao valor do empréstimo da tripla a Portugal" declara Graça Carvalho, "este valor foi aumentado consideravelmente em relação ao 7º programa quadro, de 52 mil milhões de euros".

O Relatório do Programa Específico de Execução do Horizonte 2020 da autoria de Maria da Graça Carvalho, reage ao

documento que a Comissão Europeia apresentou em 30 de Novembro de 2011 e define em detalhe as temáticas prioritárias para a investigação e inovação para o período de 2014-2020. As três prioridades estabelecidas no Horizonte 2020: a «Excelência Científica», a criação de «Liderança Industrial» e respostas aos «Desafios Societais».

O Programa Específico de Execução do Horizonte 2020 foi adoptado com 559 votos a favor e com o apoio de todos os grupos políticos na sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

Para a Deputada Portuguesa "O Horizonte 2020 é crucial para a Europa sair da crise. O desemprego jovem é um problema gravíssimo e que se tem espalhado pela Europa. O Horizonte 2020 promove o emprego através da contratação directa de recursos humanos, por exemplo, por cada 1.000 milhões de Euros o Horizonte 2020 financia 4.000 PMEs inovadoras; ou 600 investigadores e respectivas equipas através das bolsas "ECR"; ou 2.500 bolsas Marie Curie; ou 240 projectos de grande dimensão em que participam em média 2600 entidades da indústria e academia". O Programa prevê a criação de bolsas de retorno dos jovens investigadores para evitar o brain drain.

"As PMEs são outra das grandes prioridades para o Horizonte 2020". O Parlamento Europeu conseguiu assegurar um orçamento de 8.650 milhões de Euros para PMEs, dos quais 3 mil milhões de Euros dedicados ao "Instrumento PME". Este novo instrumento terá como objectivo resolver problemas específicos das PMEs fazendo a ponte entre a investigação, a inovação e a entrada de produtos no mercado. "Uma das novas acções são os vouchers Inovação que permitirão financiar de forma simples e célere investigação e inovação em start-ups e PMEs já existentes".

Outra das áreas em que a contribuição da deputada foi notável foi na criação de um novo pilar dedicado ao "alargamento da participação"; "Aqui foram introduzidos mecanismos que permitirão uma melhor distribuição geográfica da alocação dos fundos sem pôr em causa a excelência dos participantes".

As áreas defendidas por Portugal no Horizonte 2020 foram todas incluídas na versão final do relatório. "O reforço de financiamento em áreas como o mar, a energia, as ciências sociais, a gestão da água e os fogos florestais permitirá aumentar a participação de Portugal no Horizonte 2020" sublinha Graça Carvalho. 

Carlos Coelho lamenta tragédia no Mediterrâneo

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo uma **Resolução sobre os fluxos migratórios no Mediterrâneo**, com especial atenção aos **acontecimentos trágicos de Lampedusa**, que contou com o **apoio do eurodeputado Carlos Coelho**.

*As recentes tragédias a que assistimos em Lampedusa, que levaram à morte de várias centenas de pessoas, evidenciam uma vez mais a urgência, bem como a responsabilidade que recai sobre a União e sobre os seus Estados-Membros, de encontrar as respostas mais adequadas para fazer face a este enorme desafio em termos de direitos humanos, afirmou o social-democrata em Estrasburgo arguindo que **“salvar vidas humanas é algo que não pode ser questionado, especialmente por nenhuma embarcação que esteja em condições de o fazer”**.*

Para tal, **“é necessário introduzir as alterações necessárias à legislação em vigor,**



quer ao nível da UE, quer dos Estados-Membros de forma a criar uma maior clareza e segurança jurídica”, ultrapassando assim as dificuldades levantadas pela existência de regras e práticas divergentes, bem como de forma a eliminar eventuais obstáculos ainda existentes.

Para Carlos Coelho **“é incompreensível que vários Estados-Membros acusem publicamente a União de falta de ação neste domínio e, ao mesmo tempo, no seio do Conselho neguem competências à União neste domínio, apesar do Tribunal de Justiça se ter pronunciado claramente sobre este assunto”**.

Carlos Coelho recordou, de igual modo, que a Europa tem uma longa tradição na protecção dos direitos humanos estando convicto de que **“todos nós queremos continuar a orgulharmo-nos do papel que a Europa sempre teve de liderança nestas matérias”** frisando que é importante, no entanto, lembrar que a partilha de responsabilidades e a solidariedade são factores indispensáveis para garantir a protecção da vida humana e que os direitos fundamentais dos requerentes de asilo, refugiados e migrantes sejam plenamente respeitados na UE.

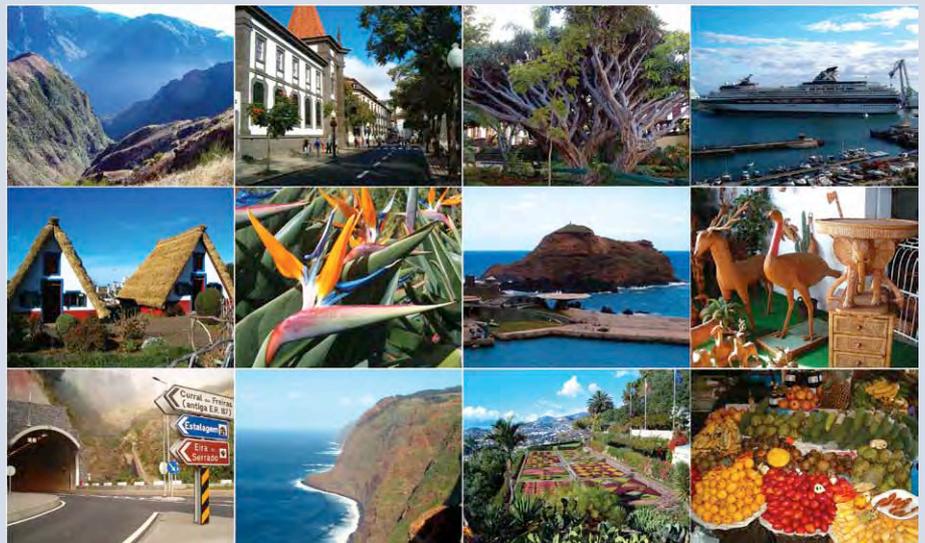
844 milhões para a Madeira

Foram aprovados pela Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu os novos regulamentos da Política de Coesão, que estarão em vigor no período 2014-2020 e que permitirão à Madeira receber 844 milhões de euros.

Após mais de ano e meio de negociações, existe finalmente acordo entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre os vários regulamentos da Política de Coesão (FEDER, Fundo Social Europeu, Fundo de Coesão) que estarão em vigor entre 2014-2020.

“Foi uma negociação difícil e muito prolongada mas que felizmente foi encerrada, não existindo assim qualquer atraso europeu na utilização dos futuros fundos estruturais por parte dos Estados-Membros, da Madeira, das empresas madeirenses e demais beneficiários”.

Segundo o Eurodeputado do PSD, Nuno



Teixeira, **“a Madeira deve utilizar os futuros fundos estruturais para impulsionar a criação de emprego e o crescimento económico. É fundamental adoptar uma nova fase**

de política económica que contribua para melhorar a competitividade da região, diminuir a insularidade e apoiar o tecido económico e social da Madeira”.

“Moçambique: Internacional Democrata do Centro nunca apoiará respostas bélicas”

Mário David

O eurodeputado português **Mário David**, vice-presidente do Partido Popular Europeu e Secretário Geral Adjunto da IDC (Internacional Democrata do Centro), disse que a situação em Moçambique causa “grande apreensão” e advertiu que a Internacional Democrata do Centro, que a Renamo integra, nunca apoiará respostas armadas para os conflitos.

Em declarações à Lusa em Estrasburgo, à margem da sessão plenária do Parlamento Europeu, **Mário David** disse ainda esperar que o atual conflito entre a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e o exército nacional “*não seja a tradução de que as riquezas naturais que têm vindo a ser descobertas, e felizmente, em Moçambique, estejam a querer atrair maus pressentimentos e más companhias para quem quiser vir a explorar essas riquezas naturais*”.

Afirmando que é “*com grande preocupação*” e alguma surpresa que é acompanhada a escalada de tensão no país, “*quando se pensava que Moçambique tinha atingido a maioridade aos 21 anos*” - depois dos acordos de paz de 1992 -, o vice-presidente do PPE disse todavia acreditar que todas as partes têm consciência da necessidade de evitar a todo o custo um conflito armado.

“*As tensões estiveram sempre latentes, mas, ao fim de 21 anos, confesso que pensava que já tínhamos ultrapassado esta fase, e julgo que qualquer dos lados, quer o Presidente moçambicano, Armando Guebuza, quer o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama têm consciência de que, com um conflito armado, não vão ajudar o país a desenvolver-se*”, opinou.

Esperando “*que haja diálogo e a sociedade moçambicana possa ser uma sociedade multipartidária, tal como tinha vindo a ser recentemente, embora sempre com o mesmo partido ganhando, mas isso já é o resultado da democracia*”, **Mário David** lamentou “*que o presidente da Renamo tenha tido de se esconder*”, mas sublinhou que a mensagem que a Internacional Democrata Centrista (que integra o PPE e a



Renamo) lhe dirige é a mesma “*das últimas décadas*”.

“*O que desejamos é que (Dhlakama) consiga implantar o seu partido e consiga convencer os moçambicanos da estratégia que pretende definir para o país, mas isto num clima de respeito pelas autoridades constitucionalmente no poder, e que estão no poder porque ganharam as eleições (...)* O que temos sempre salientado é que **nós, na IDC, nunca apoiaremos nenhuma forma bélica de tentar resolver os conflitos que possam eventualmente existir, e que o que encorajamos é o diálogo e a concerteza**”, declarou.

Moçambique vive a sua pior crise política e militar desde a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, após o exército moçambicano ter desalojado na segunda-feira o líder da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), principal partido da oposição, Afonso Dhlakama, da base onde se encontrava aquartelado há mais de um ano, no centro do país. Afonso Dhlakama e o secretário-geral da Renamo, Manuel Bissopo, fugiram para

local incerto, enquanto as forças de defesa e segurança moçambicanas mantêm a ocupação da residência do líder do movimento, em Sandjunjira, na província de Sofala, e o partido denunciou o acordo de paz assinado em 1992 com a Frelimo.

Entretanto, homens armados da Renamo ocuparam e assumiram o controlo da vila de Maríngué, na Gorongosa, constatou a Lusa no local. Em junho último, elementos da Renamo levaram a cabo ataques contra autocarros e camiões na região de Machanga, também no centro de Moçambique, que se saldaram em pelo menos três mortos e seis feridos e que levou o exército a fazer escoltas militares na principal estrada da região.

O partido de Dhlakama reivindicou ainda a morte de 36 militares e polícias das forças de defesa e segurança moçambicanas, a 10 e 11 de agosto, numa “*ação de autodefesa*”, no centro do país, e o líder da Renamo já tinha condicionado as negociações com o Presidente Armando Guebuza à retirada do exército da serra da Gorongosa. 

Fundos Europeus 2014-2020: uma oportunidade para ajudar ao crescimento económico de Portugal

O Instituto Francisco Sá Carneiro promoveu em Braga, a apresentação do livro **'Fundos Europeus 2014-2020'**, da autoria de **José Manuel Fernandes**, apoiado pelo Grupo Europeu do PSD.

A cerimónia decorreu, no Museu dos Biscainhos e contou com a participação do Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, **Miguel Poiães Maduro**, assim como do presidente da Câmara Municipal de Braga, **Ricardo Rio**, e do presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro, **Carlos Coelho**.

Com mais de 160 páginas, o livro procura explicar os fundos europeus e os mecanismos de financiamento no âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para 2014-2020. Apresenta-se como um instrumento de trabalho, especialmente dirigido aos autarcas, no âmbito da sua ação como protagonistas de promoção do desenvolvimento e da coesão territorial e socioeconómica, conciliando sinergias que envolvem empresas, escolas e universidades, instituições sociais e outras.

No livro, José Manuel Fernandes defende que *"a UE só coletivamente e de forma articulada enfrentará a crise que a afeta, recuperará a sua competitividade e produtividade, de forma a conseguir uma trajetória ascendente de prosperidade. Neste caminho, a solidariedade entre os Estados-Membros e entre as regiões é fundamental e, por isso, a coesão económica social e territorial deve ser uma pedra angular da estratégia de desenvolvimento a que a UE se propõe"*.

O autor considera que *"a UE foi ambiciosa ao definir e comprometer-se com a **Estratégia Europa 2020**, uma resposta para sairmos fortalecidos da crise e vencermos os desafios de longo prazo"*. No entanto, lamenta que *"esta ambição não tem a devida correspondência no acordo a que o Conselho chegou relativamente ao **Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014/2020"***.

Nesse contexto, realça que isso significa que *"à despesa resultante dos programas, fundos e instrumentos financeiros teremos de dar o má-*



José Manuel Fernandes defende que "a UE só coletivamente e de forma articulada enfrentará a crise que a afeta, recuperará a sua competitividade e produtividade, de forma a conseguir uma trajetória ascendente de prosperidade. Neste caminho, a solidariedade entre os Estados-Membros e entre as regiões é fundamental e, por isso, a coesão económica social e territorial deve ser uma pedra angular da estratégia de desenvolvimento a que a UE se propõe".

ximo valor acrescentado, sem que seja colocado em causa o princípio da solidariedade, da coesão económica, social e territorial".

No que toca a Portugal, José Manuel Fernandes reconhece que o País *"tem uma tarefa difícil: consolidar as contas públicas e, em simultâneo, convergir com os outros Estados-Membros e atingir os objetivos a que se propõe no âmbito da Agenda 2020"*. **Confiante no sucesso dos esforços do País**, aponta que *"os próximos fundos, programas e instrumentos financeiros são mais uma oportunidade para*

ajudar ao crescimento económico de Portugal".

*"Temos muitos recursos à nossa disposição. É necessário utilizá-los bem e, para tal, devemos **simplificar os programas e a sua regulamentação, envolver os beneficiários**. As Regiões e as Câmaras Municipais têm de ser envolvidas na definição da estratégia nacional para o período 2014/2020. É crucial e fundamental que as autarquias participem na execução dessa estratégia"*, defende o Eurodeputado, que espera que o livro sobre os 'Fundos Europeus 2014-2020' dê um contributo para esse objetivo. 

Proposta de Patrão Neves permite manter a pesca de profundidade para a frota açoriana

O relatório sobre a pesca de espécies de profundidade no Atlântico Nordeste foi aprovado em sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo. Esta proposta da Comissão contemplava uma medida bastante preocupante para a pesca açoriana, cuja eventual aprovação implicaria problemas graves na atribuição de autorizações para a pesca de profundidade.

Com efeito, Patrão Neves referiu que **“a proposta da Comissão pretendia que a capacidade de pesca total das embarcações licenciadas para a pesca de profundidade não excedesse o total da capacidade de pesca das embarcações com desembarques, no período entre 2009-2011, de pelo menos 10 toneladas de espécies de profundidade. Esta seria uma situação muito gravosa para o sector açoriano pois uma parte significativa da frota local não atinge as já referidas 10 toneladas anuais, o que levaria a restrições futuras na atribuição de autorizações de pesca de espécies de profundidade à frota açoriana”**.

Atenta a este problema e ao facto de nos Açores praticamente não existirem alternativas aos recursos de águas profundas, uma vez que não têm plataforma continental e está rodeado de mares profundos, Patrão Neves submeteu e viu aprovada uma alteração que isenta as frotas das regiões ultraperiféricas desta limitação, explicando que **“esta derrogação permite que a capacidade de pesca total de espécies de profundidade possa corresponder ao total da capacidade de pesca da frota actual da Região, o que na prática significa que todas as embarcações locais poderão continuar a deter autorizações de pesca para este tipo de espécies”**.

A Eurodeputada congratulou-se também pelo facto deste regulamento reconhecer a importância da investigação dos habitats profundos e da avaliação do impacto das artes de pesca dirigidas às espécies de profundidade, ao contemplar medidas destinadas à protecção dos ecossistemas marinhos vulneráveis, cuja localização deverá ser identificada pelos Estados-Membros e comunicada à Comissão. A este propósito, Patrão Neves



Patrão Neves referiu que **“a proposta da Comissão pretendia que a capacidade de pesca total das embarcações licenciadas para a pesca de profundidade não excedesse o total da capacidade de pesca das embarcações com desembarques, no período entre 2009-2011, de pelo menos 10 toneladas de espécies de profundidade. Esta seria uma situação muito gravosa para o sector açoriano pois uma parte significativa da frota local não atinge as já referidas 10 toneladas anuais, o que levaria a restrições futuras na atribuição de autorizações de pesca de espécies de profundidade à frota açoriana”**.

relembrou que **“tenho defendido insistentemente a absoluta necessidade de conhecimento científico aprofundado para uma adequada gestão pesqueira e protecção ambiental, nomeadamente nas zonas bio-geograficamente sensíveis em torno dos Açores, onde as pescarias de profundidade têm obrigatoriamente de ser exercidas de forma equilibrada e sustentável, com artes de pesca selectivas e amigas do ambiente, e com o devido reconhecimento e respeito pela fragilidade dos ecossistemas profundos”**.

A agenda da sessão plenária foi dominada pelos temas das pescas, incluindo um importante

debate conjunto sobre a reforma da Política Comum de Pescas (PCP). Como habitual, a Eurodeputada Patrão Neves interveio no debate, reiterando as suas posições já anteriormente anunciadas em defesa do sector da pesca, referindo a finalizar a sua intervenção que **“após o encerramento dos dossiers relativos ao regulamento de base da PCP e à organização comum dos mercados dos produtos da pesca e da aquacultura, resta ainda concluir o relatório do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP), cujo pacote financeiro para o período 2014-2020 irá disponibilizar medidas de apoio fundamentais para a adaptação do sector face à exigente reforma da PCP”**. 

Regina Bastos quer o fim da contrafacção em defesa da protecção das Marcas Europeias

A Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores aprovou, por larga maioria dois pareceres da Eurodeputada, Regina Bastos, sobre a **revisão da Legislação Europeia sobre Marcas**. Como afirmou a Deputada do PSD, **Regina Bastos**, *“o que se pretende, é uma modernização bem orientada, para tornar a protecção através de marcas mais fácil, barata e eficaz”*.

A Eurodeputada Regina Bastos refere que *“o Sistema Europeu de Marcas baseia-se no princípio da coexistência e complementaridade entre a protecção das Marcas a nível nacional e europeu”*.

Nesse sentido, a Eurodeputada do PSD salientou que *“a existência do sistema da marca comunitária e das marcas nacionais é necessária para o bom funcionamento do mercado interno”*.

Apesar de concordar com a abordagem proposta pela Comissão Europeia, a Deputada Regina Bastos, na sua qualidade de relatora do PPE, propôs algumas alterações, que viu serem aprovadas:

- **Reforço do papel das autoridades nacionais** no sistema de protecção das marcas e no combate à contrafacção;
- Na administração e promoção das denominações de origem e indicações geográficas;
- **Criação de um centro de Mediação e Arbitragem** com o objectivo de auxiliar as partes a chegar a uma solução amigável dos litígios. - A possibilidade de o titular de uma marca impedir a importação de mercadorias ou oferta de produtos sempre que o expeditor, o intermediário, o agente ou prestador de serviços de venda em linha aja para fins comerciais.

A Deputada Regina Bastos salientou que *“a contrafacção e pirataria privam os criadores da União Europeia de uma compensação adequada, cria barreiras à inovação, prejudica a competitividade, destrói empregos, prejudica as finanças públicas e pode pôr em perigo a saúde e a segurança dos cidadãos europeus”*.

Finalmente a Deputada Regina Bastos destacou que *“esta legislação vai incentivar a*



Regina Bastos salientou que “a Contrafacção e pirataria privam os criadores da União Europeia de uma compensação adequada, cria barreiras à inovação, prejudica a competitividade, destrói empregos, prejudica as finanças públicas e pode pôr em perigo a saúde e a segurança dos cidadãos europeus”.

inovação, atrair investimento, criar novos produtos e serviços dando resposta às no-

vas necessidades dos consumidores e promovendo o crescimento e o emprego”. 

“POSEI Pescas atribuí à RAM 2.150.000 euros por ano”

No âmbito do próximo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP), a Madeira deverá receber, do POSEI Pescas, 2.150.000 euros por ano.

Este valor representa mais 750 mil euros por ano, relativamente aos valores do ainda vigente Fundo Europeu das Pescas. De acordo com o eurodeputado madeirense **Nuno Teixeira**, o próximo período comunitário, a iniciar-se em 2014, prevê, ao nível do FEAMP, que o POSEI Pescas (programa destinado a compensar os custos suplementares resultantes do escoamento de determinados produtos de pesca das RUP) atribua à região ultraperiférica madeirense um total de 15.050.000 euros até 2020.

Ora, no presente período (2007-2013), a dotação do POSEI Pescas para as Regiões Ultraperiféricas portuguesas tem sido de 4.300.000 euros/Ano, sendo que deste valor, 2.900.000 são para os Açores e 1.400.000 para a Madeira. No próximo período comunitário, o valor global para as RUP portuguesas serão de 6.450.000/ano, dos quais 4.300.000 euros serão para os Açores e 2.150.000 euros para a Madeira.

“A dotação financeira do novo fundo será de 7,4 mil milhões de euros a preços actuais (era cerca de 6,5 mil milhões, tendo em conta os preços de referência à data da proposta da Comissão, 2 de dezembro de 2011) e visa fazer face aos objectivos reformulados de uma **PCP assente em três pilares: o pilar económico, o pilar social e o pilar ambiental**”, recorda Nuno Teixeira.

Os principais pontos a destacar visados nesta reforma são “a sobrecapacidade da frota, as concessões de pesca transferíveis e a reconversão, a necessidade de se ter um plano de acção para a pesca artesanal e costeira, a renovação da frota, a vertente social do FEAMP, as cessações temporárias e os fundos mutualistas, os investimentos nos portos, os pareceres científicos e as recolhas de dados, a ajuda à armazenagem, a aquicultura, o desenvolvimento sustentável das zonas de pesca e a política marítima integrada, e tudo deverá contar com o apoio financeiro deste fundo”.

De referir ainda que o FEAMP apoia o regime de compensação, “destinado a compensar os custos suplementares suportados pelos operadores no exercício de actividades de pesca, cultura, transformação e comercialização de determinados produtos da pesca e da aquicultura provenientes



de regiões ultraperiféricas. Este regime é aplicável a todos os custos suplementares suportados pelos operadores no exercício das actividades referidas no presente número”.

Nuno Teixeira lembrou ainda que o valor total do próximo período comunitário destinado às RUP na área dos apoios nas Pescas será de 192.500.000 de euros e “resulta de um aumento de 50 por cento relativamente ao antigo período, sendo este valor distribuído pelas RUP da seguinte forma: para Portugal (Madeira e Açores) será de 6.450.000 euros/ano; Canárias será de 8.700.000 euros/ano e as RUP francesas será de 12.350.000 euros/ano. Ou seja, por ano, as referidas regiões irão receber 27.500.000 euros, montante que, multiplicado pelos sete anos do período comunitário 2014-2020, totaliza os 192.500.000 euros, para apoiar o sector das Pescas nas RUP”.

Manter apoio às frotas não invalida apoios à inovação e formação. O director regional das Pescas considera que o futuro fundo europeu das Pescas deve continuar a dar apoios às frotas das Regiões Ultraperiféricas.

Teixeira de Ornelas disse que a posição da Região Autónoma da Madeira é que “que devem continuar a ser dados os apoios às frotas, porque se tratam de frotas artesanais, que na sua actividade não têm um impacto negativo nos recursos”.

O que não invalida, ressaltou, que sejam atribuídos apoios para a inovação, formação e crescimento, ainda mais quando o próximo Fundo, que passa a intitular-se Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP),

“terá um alcance mais abrangente”. As declarações do responsável surgiram na sequência de notícias vindo a público que davam conta que organizações não governamentais defenderam ontem que os financiamentos Europeus no sector da pesca devem ser aplicados em inovação e formação e não em novas embarcações que aumentem actividade em espécies já sobre-exploradas.

A este respeito, o eurodeputado madeirense Nuno Teixeira realçou que a **sobre-pesca** “é uma das principais preocupações no âmbito da reforma da Política Comum das Pescas para os próximos anos. No âmbito da negociação do FEAMP, foram desenvolvidos enormes esforços para que se encontrasse uma solução equilibrada. Assim, no documento do Parlamento assegura-se uma redução de capacidade de pesca através da renovação da frota, mas apenas em condições muito rigorosas e específicas (apenas para barcos de comprimento inferior a 12 metros e com mais de 35 anos, apenas se a capacidade de pesca é reduzida em 40% e apenas de 15% do investimento total puder ser financiado através do FEAMP)”.

Nuno Teixeira entende que o compromisso em causa «é um passo positivo no sentido de uma solução que contribui para uma **Política Comum das Pescas** realista que, ao mesmo tempo que reduz a sua capacidade de pesca, assegura a manutenção de uma actividade viável e sustentável para os pescadores europeus, graças à diversificação, ao apoio aos jovens pescadores e ao impulso às actividades relacionadas com a aquicultura». in Jornal da Madeira.

Atenção ao impacto das tecnologias da informação e das comunicações na coesão territorial



O Deputado **José Manuel Fernandes** destaca importância da utilização das TIC para beneficiar um desenvolvimento sustentado e equilibrado das diferentes regiões, em intervenção na conferência sobre a implementação da Agenda Digital Local promovida pela CCDR-N, em parceria com Xunta da Galiza e Eixo Atlântico.

José Manuel Fernandes reclamou uma atenção especial para a **coesão territorial** no âmbito de **políticas e estratégias de implementação das tecnologias da informação e das comunicações (TIC)**. Uma preocupação acentuada pelo reconhecimento da *“mais-valia de grande impacto”* que constituem as TIC para o crescimento e desenvolvimento económico da **Europa e das regiões**.

Intervindo numa conferência sobre a implementação da Agenda Digital Local promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), em parceria com a Xunta da Galiza e o Eixo Atlântico, o Deputado social-democrata defendeu que *“a sociedade digital deve ser vista como boa para todos e favorável a um desenvolvimento inteligente, sustentado e inclusivo”*.

*“Assim como Lisboa não é o país, também o Porto não é o Norte. E para percebermos a realidade do nosso território, basta retirarmos o Porto e o Quadrilátero Urbano do Minho (Braga, Guimarães, Famalicão e Barcelos) da média do PIB per capita, e veremos a **dimensão do problema de um desenvolvimento desequilibrado e injusto**”,* desafiou o eurodeputado, durante a conferência que decorreu na Fundação Manuel António da Mota, no Porto.

Frisando que a Agenda Digital para a Europa constitui uma das sete iniciativas emblemáticas da estratégia Europa 2020, José Manuel Fernandes sustentou que *“a utilização inteligente da tecnologia e a exploração da informação contribuirão para vencermos os desafios com que se defronta a sociedade”*.

Entre esses **desafios**, referiu *“a sustentabilidade de uma sociedade que envelhece, o combate às alterações climáticas, a redução do consumo de energia, o aumento da mobilidade e da eficiência dos transportes, uma maior capacidade de intervenção dos doentes e a inclusão social das pessoas com deficiência”*.

José Manuel Fernandes defendeu que a utilização estratégica das TIC permite *“criar e*

acrescentar valor”, assim como promover *“rapidamente um ciclo virtuoso que transforme **eficiência** em crescimento”,* a par de um *“aumento da **produtividade** e uma melhoria da eficiência **operacional”***. Garantir cuidados de **saúde** mais personalizados, um **ensino** de maior qualidade e uma participação mais **democrática** na vida pública são outros dos benefícios apontados.

De acordo com dados avançados pelo eurodeputado, as TIC representam **5% do PIB** europeu, com um valor de mercado de **660.000 milhões de euros** anuais. E contribuem em muito maior percentagem para o crescimento geral da produtividade: 20% directamente do setor das TIC e 30% dos investimentos nestas tecnologias.

O Eurodeputado defendeu que *“Portugal e a Europa não podem **perder o comboio** na área das TIC”,* apontando para os avanços dos EUA, Japão e Coreia do Sul.

*“Portugal tem um **grande investimento a realizar** nesta área. Precisamos de saber onde estamos e o que temos. Precisamos, desde logo, de ter um **cadastro** com as infra-estruturas existentes nesta área. Depois, podemos utilizar os fundos e programas europeus para este objetivo”,* desafiou José Manuel Fernandes, frisando que, **“em 2015, prevê-se que haja mais de 700.000 empregos de alta qualidade no setor das TIC por preencher”**.

A **Agenda Digital Europeia** defende a criação de um mercado único digital baseado na Internet de banda larga rápida ou ultra-rápida e na interoperabilidade. *“Tal reforçará a **competitividade, produtividade** e criação de **emprego**”,* atestou o Eurodeputado. Adiantou ainda que a UE aponta como objetivo, até 2020, assegurar acesso à Internet de banda larga ultra-rápida (30 Mbps ou mais) para todos e acesso de, pelo menos, metade dos agregados familiares europeus a ligações ultra-rápidas à Internet, com débitos superiores a 100 Mbps. 

Nuno Teixeira denuncia "abusos" do Eurostat

O eurodeputado madeirense, Nuno Teixeira, entende que o Eurostat está claramente a **"extravasar o seu domínio de competências, assumindo um papel de actor político que ultrapassa o estrito plano técnico e estatístico a que se deve limitar a sua actividade"**.

Em causa estão pedidos de informação do organismo sobre sanções à Região que foram divulgadas e que saem do raio de acção da Eurostat segundo o artigo 4.º do Regulamento (CE) nº 223/2009, de 11.03, bem como pelo Regulamento (CE) nº 479/2209, de 25.05, que estabelece normas particulares de actuação no caso do procedimento por défice excessivo.

No referido artigo pode ler-se que **"o Eurostat desenvolve, produz e divulga estatísticas europeias em conformidade com os princípios estatísticos de independência profissional, imparcialidade, objectividade, fiabilidade, sigilo estatístico e relação custo-benefício"**. Ou seja, conforme sublinha **"as tarefas do Eurostat resumem-se à garantia de que as estatísticas europeias são colocadas à disposição de todos os utilizadores, em conformidade com os princípios estatísticos, designadamente, a independência profissional, a imparcialidade e o sigilo estatístico"**.

Assim sendo, o Director-Geral do Eurostat tem 'apenas' **"a responsabilidade de decidir sobre processos, métodos, normas e procedimentos estatísticos ou sobre o teor e o calendário das publicações estatísticas"** e ainda de "tomar todas as medidas necessárias para proteger dados cuja revelação podem causar prejuízo aos interesses da União, ou aos interesses do Estado-Membro a que dizem respeito".

Acresce a este facto que o n.º 3 do artigo 11º estabelece que **"as visitas metodológicas não devem ir para além do domínio puramente estatístico"**, ou seja, as visitas a Lisboa inseriram-se nesse contexto, conforme argumenta Nuno Teixeira. **"Se as visitas não devem ir para além do domínio puramente estatístico, parece-me evidente que os relatórios que são produzidos na sequência das mesmas também não podem ultrapassar tal domínio, tecendo considerações que são**



"As tarefas do Eurostat resumem-se à garantia de que as estatísticas europeias são colocadas à disposição de todos os utilizadores, em conformidade com os princípios estatísticos, designadamente, a independência profissional, a imparcialidade e o sigilo estatístico".

claramente de nível político, que comportam um juízo e valoração subjectiva que não cabe ao Eurostat fazer."

Face ao supracitado, **Nuno Teixeira decidiu enviar três questões à Comissão Europeia que espera ver rapidamente respondidas: "se conhece o relatório alegadamente produzido pelo Eurostat e se concorda com o tipo de informação que aí é solicitada?; se considera que as visitas dos peritos do Eurostat se contiveram dentro do mandato que lhes foi conferido e se o pedido de informação feito se contém dentro do domínio puramente estatístico"** de actuação do Eurostat; se

foi cumprido o código de conduta a que devem obedecer os técnicos do Eurostat e como se pode garantir maior sigilo nos documentos elaborados pelos mesmos", revelou.

A intenção de Nuno Teixeira não visa perceber que "eventuais sanções a aplicar por falta de reporte de informação - isso será decidido em sede própria, nas competentes instâncias judiciais portuguesas - mas apenas a de questionar a actuação reiterada do Eurostat nesta matéria" que, conforme concluiu, "parece manifestamente ultrapassar as suas atribuições e competências". 

Carlos Coelho apoia o novo Programa Erasmus +

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, o programa da UE para a educação, a formação, a juventude e o desporto, **Erasmus+**, que vai ter um **orçamento de 14,7 mil milhões de euros nos próximos sete anos**.

Carlos Coelho afirmou, em Estrasburgo, que **“a educação e a formação estão no cerne da estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, objectivos estes que não poderão vir a ser atingidos, se não for feito um forte investimento no capital humano”** defendendo assim que **“só um reforço das medidas de apoio à educação e à formação, poderá contribuir de forma decisiva para aumentar as competências dos cidadãos e ajudar a fazer face aos elevados níveis de desemprego dos jovens existentes em muitos Estados-Membros”**.

Este Regulamento visa proceder à fusão num único programa dos programas existentes - *Aprendizagem ao Longo da Vida, Tempus, Erasmus, Erasmus Mundus, Comenius, Leonardo da Vinci, Grundtvig, Juventude em Acção* que têm sido criticados pela sua falta de flexibilidade, complexidade e capacidade de adaptação à evolução das necessidades da sociedade actual.

O rebaptizado programa **“Erasmus+”** reúne, assim, todos os programas e acções actuais no domínio da educação incluindo também o desporto, prevendo a atribuição de bolsas a jovens desportistas.

Centrando-se em três tipos de acções principais, o seu valor acrescentado advém do carácter inovador e transnacional das actividades a realizar e do contributo que dá ao desenvolvimento de produtos e parcerias em toda a Europa.

Carlos Coelho congratulou-se com a introdução do mecanismo de garantia de empréstimo, o qual deverá garantir aos estudantes a possibilidade de poder fazer um mestrado noutro país europeu, permitindo ultrapassar uma lacuna actualmente existente e recordou **“a importância do programa ser dotado das dotações necessárias que possam garantir um funcionamento eficaz”**.



ERASMUS+

2014 - 2020 programme for Education, Training, Youth, and Sport

Carlos Coelho afirmou, em Estrasburgo, que “a educação e a formação estão no cerne da estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, objectivos estes que não poderão vir a ser atingidos, se não for feito um forte investimento no capital humano”.

Graças ao novo mecanismo de garantia para empréstimos, os estudantes que queiram fazer um mestrado noutro país da UE poderão beneficiar de condições mais favoráveis. As garantias fornecidas através deste

mecanismo abrangem empréstimos de um montante máximo de 12 mil euros, para um programa de mestrado de um ano, e de 18 mil euros, para um programa de mestrado de dois anos. 

Nuno Teixeira contente com aprovação da Política de Coesão para o período 2014-2020



O plenário do Parlamento Europeu reunido em Estrasburgo aprovou os novos regulamentos da Política de Coesão, que estarão em vigor no período 2014-2020 e que garantem à Madeira pelo menos, 844 milhões de euros.

É assim posto um ponto final a um longo ciclo de negociações entre Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Conselho. **O Parlamento Europeu conseguiu negociar favoravelmente uma série de pontos que acabaram por beneficiar, não só a Madeira, mas também o país e que são resultado de algumas das emendas apresentadas pelo Eurodeputado Nuno Teixeira. Desta forma a Região Autónoma da Madeira continua a poder contar com um sólido apoio financeiro, ao abrigo da política regional europeia.**

“Um grande trabalho foi realizado pelas equipas de negociação e o balanço só pode ser tido como positivo. Tenho, por isso, que felicitar os meus colegas da Comissão de Desenvolvimento Regional, todos os Deputados envolvidos, bem como todos os representantes institucionais em causa”, diz Nuno Teixeira.

Nos próximos sete anos, além dos 844 milhões de euros atribuídos à Região, acresce a alocação específica adicional, que compensa a Madeira pelos custos de ser uma Região Ultraperiférica (RUP), e que passa a ser de 30€ por habitante em detrimento dos 25€ propostos inicialmente pela Comissão. Uma verba que passa a ter uma taxa de co-financiamento de 85%, ao invés dos 50% em vigor actualmente e que foi, aliás, defendida pelo Deputado Nuno Teixeira em

Março de 2012 no seu relatório sobre “O papel da Política de Coesão nas RUP da União Europeia no contexto da Estratégia 2020”.

No âmbito do FEDER, uma das medidas mais importantes que foi aprovada é a eliminação da concentração temática na alocação específica adicional das RUP. *“A não existência de uma obrigatoriedade de alocar 50% do montante, permite que a Madeira tenha uma maior flexibilidade na utilização desta dotação,”* explica o Eurodeputado madeirense.

Ainda no contexto da alocação específica adicional, a partir de 2014 todas as empresas passam a ser elegíveis para este financiamento, em contraste ao corrente período, onde apenas as pequenas e médias empresas têm acesso a este fundo. 

“A indústria europeia será a primeira beneficiária do programa Galileo”

Maria da Graça Carvalho participou no debate da sessão plenária no Parlamento Europeu sobre a **Implantação e exploração dos sistemas europeus de radionavegação por satélite - Galileo**.

Durante a sua intervenção, a deputada do PSD congratulou-se **pelo “excelente relatório”** e disse que o programa Galileo **“cria um sistema global de navegação por satélite mais avançado, que garante um serviço de posicionamento global altamente preciso e fiável. Trata-se de um projecto emblemático da União Europeia e dentro do espírito da Estratégia Europa 2020”**.



A Deputada também sublinhou que a indústria europeia será **“a primeira beneficiária deste programa. O Galileo contribui para o funcionamento de muitos sectores da economia, e proporciona às empresas e aos cidadãos o acesso directo a um sinal de navegação por satélite produzido pela Europa”**.

Ao concluir, Maria da Graça Carvalho, que é relatora para a opinião da Comissão dos Orçamentos do relatório, destacou **“a importância, a dimensão europeia e o valor acrescentado do Galileo”**, por esse motivo acrescentou, **“considero que este programa deveria receber um financiamento adequado - 7 mil milhões de Euros”**. 

Nuno Teixeira considera que

“a União Europeia está a adaptar-se à realidade das RUP. Esta medida contribui para melhorar significativamente a competitividade da Região e apoia todo o tecido económico e social da Madeira.”

É também de registar o grande avanço no tratamento das RUP, no que respeita à cooperação territorial e a projectos no âmbito da sua área geográfica. Deixa de existir um limite obrigatório de uma distância máxima de 150km, as RUP recebem pelo menos 150% das verbas que recebem ao abrigo do FEDER actualmente e ainda um envelope financeiro adicional de 50 milhões de euros para projectos de cooperação inter-regional.

Com os regulamentos aprovados é possível financiar as infra-estruturas aeroportuárias e portuárias, e a criação de linhas de transporte marítimo, que são fundamentais para a redução da condição ultraperiférica na Europa. Sublinha-se ainda a criação do Mecanismo Interligar a Europa (CEF), que pode funcionar como complemento do FEDER e Fundo de Coesão. Este novo mecanismo financeiro será útil para a Madeira, possibilitando o apoio a acções para o desenvolvimento das auto-estradas do mar e dos serviços inteligentes de transportes.

Para **Nuno Teixeira, “o estatuto especial das RUP e a exigência de um tratamento diferenciado e de conjunto, conseguiram ser respeitados apesar de ainda haver um longo percurso a percorrer”**.

Após esta votação e com a entrada da legislação em vigor, em Janeiro de 2014, **“potencia-se um novo ciclo de crescimento económico e de criação de emprego, de modo a devolver a esperança a todos os cidadãos europeus,”** acrescenta.

A Política de Coesão abrange regulamentos do Quadro Estratégico Comum (QEC), do Fundo Europeu de Desenvolvimento Social



(FEDER), do Fundo de Coesão (FC), do Fundo Social Europeu (FSE) e da Cooperação Territorial Europeia (CTE). 

PRIORIDADE AO CRESCIMENTO E AO EMPREGO

150.000 portugueses recebem edição do GEPGD

No último sábado do ano 2013, os jornais Expresso e Público incluíram nas suas edições, uma separata elaborada pelo **GEPGD** sobre o **Orçamento 2014-2020** com testemunhos dos **Deputados europeus do PSD** e do **Presidente do Grupo PPE, Joseph Daul**.

Nessa separata (com vocação pedagógica e informativa) respondemos a perguntas **"como se aprova o Orçamento?", "O Orçamento baixou?", "De onde vem o dinheiro?", "O Orçamento 2014-2020 pode ser alterado?"**. A edição responde também aos **"mitos"** do Orçamento:

Pontos positivos para Portugal:

- Aumento das verbas para a investigação, educação, juventude e desporto.
- Portugal pode beneficiar até 2016 de uma majoração da taxa de co-financiamento em 10 pontos percentuais. Tal significa que a taxa de co-financiamento na Política de Coesão (FEDER, FSE, FC) poderá atingir os 95% e no Desenvolvimento Rural (FEADER) os 85%.
- Cheque adicional de 1.000 milhões de euros para a política de coesão.
- 500 Milhões do FEADER são financiados a 100%.

Os mitos do orçamento

É um Orçamento excessivo ?

Muito pelo contrário !

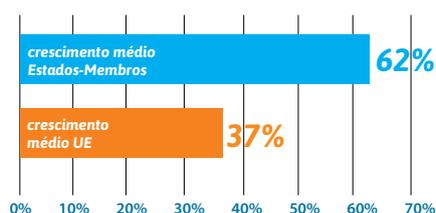


Enquanto que o orçamento federal americano corresponde a **20%** do seu PNB, o **Orçamento da UE é inferior a 1%** (0,95% em despesas de pagamento).

O Orçamento da UE corresponde à despesa de **um café por dia** de cada um dos cidadãos da UE.

O Orçamento da UE tem crescido exageradamente ?

Muito pelo contrário !

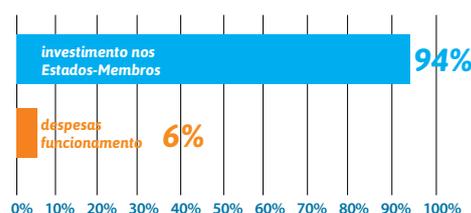


Nos últimos 10 anos (entre 2000 e 2010) os orçamentos nacionais cresceram 62% enquanto que o orçamento da UE só cresceu 37%.

E a UE tem-se alargado a mais Estados-Membros o que significa que, em termos reais, em muitas áreas, há menos dinheiro para cada Estado-Membro. A maioria dos Estados-Membros irá receber menos recursos financeiros em 2014-2020 do que recebeu em 2007-2013.

O Orçamento da UE é sorvido pela burocracia de Bruxelas ?

Muito pelo contrário !



Só 6% do Orçamento da UE se destina a despesas com as instituições da UE e a máquina administrativa.

94% do orçamento é para investimento nos diversos Estados-Membros.

Não há nenhum orçamento de Estado nacional com tão baixa taxa de despesas institucionais e administrativas.

Os Nossos Deputados:

Paulo Rangel
paulo.rangel@europarl.europa.eu
www.paulorangel.eu

Carlos Coelho
carlos.coelho@europarl.europa.eu
www.carloscoelho.eu

Maria da Graça Carvalho
mariadagraça.carvalho@europarl.europa.eu
www.gracacarvalho.eu

Mário David
mario.david@europarl.europa.eu
www.mariodavid.eu

Nuno Teixeira
nuno.teixeira@europarl.europa.eu
www.nunoteixeira.eu

Maria do Céu Patrão Neves
mariadoceu.patraoneves@europarl.europa.eu
www.patraoneves.eu

Regina Bastos
regina.bastos@europarl.europa.eu
www.reginabastos.eu

José Manuel Fernandes
josemanuel.fernandes@europarl.europa.eu
www.josemanuelfernandes.eu